



A APAE de São Paulo está promovendo encontros de formação para servidores de diferentes áreas. No último dia 13, aconteceu o terceiro encontro com o tema "Deficiência Intelectual, Cidadania e Prevenção à Violência". A palestra aconteceu no auditório da Secretaria da Educação e recebeu profissionais de diversas áreas, como Saúde, Assistência Social, Educação, além de integrantes de Conselhos de Direitos, Conselho Tutelar e profissionais de organizações sociais da área da deficiência.

O evento, apresentado pelas articuladoras sociais Luciana Sanches, Natalia Bertoli e Lilian Cruz foi organizado pela prefeitura, por meio do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA).

Os encontros têm como objetivo aprofundar o debate sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência, na perspectiva histórico-cultural, com temáticas que visam quebrar o paradigma da segregação e sensibilizar a sociedade sobre as diversas situações enfrentadas no cotidiano, como violência e violação de direitos.



No total, a APAE São Paulo promoverá quatro encontros temáticos. Os anteriores tiveram os seguintes temas: "Criança e Adolescente" e "Deficiência e Família".

Abrindo a formação, a psicóloga Luciana Sanches falou sobre as diferentes formas de violência que permeiam famílias, ambientes de trabalho e salas de aula. A abordagem seguiu com a participação da plateia sugerindo maneiras de quebrar o silêncio e denunciar os casos de violência.

"A violência é um fenômeno multifatorial, produzido de diferentes formas. Em muitos casos, a violência se dá por ausência de políticas públicas ou até mesmo por políticas públicas discriminatórias e segregacionistas", afirmou a psicóloga.

A violência como questão de saúde pública

Luciana também levantou a questão da violência social sob a perspectiva da saúde, em especial nos aspectos que envolvem pessoas com deficiência intelectual. Trata-se de um problema global que acerta indivíduos, comunidades e países e atinge a saúde física, emocional e psicológica das pessoas. "É importante entendermos as causas da violência e as suas origens, banindo do imaginário popular preconceitos como os que atribuem a violência à natureza humana e biológica. A violência tem raízes em aspectos políticos, culturais, religiosos, econômicos e jurídicos", afirmou.

A psicóloga também afirmou que a violência contra a mulher, contra LGBTQI+, brigas de trânsito, bullying, conflitos em comunidades, entre outros, impactam diretamente em questões de saúde, por isso, se faz necessária a interferência do Estado para implementação de políticas públicas que trabalhem na diminuição desses fatores.

Entre os dados apresentados, a palestrante levantou que segundo o Ministério da Saúde, houve 62,5 mil homicídios no ano de 2016, o que representa cerca de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes.

"Podemos ver que a violência vem se acentuando no país, e por se tratar de um problema



multifatorial, se faz necessária a participação social e intersetorial na redução da violência, por isso, nós realizamos essas formações com diferentes áreas, seja da saúde, educação, assistência social e conselhos", detalhou Luciana.

Prevenção

Por fim, a assistente técnica Lilian Cruz, dissertou sobre a prevenção aos casos de violência, em especial pessoas com deficiência.

"Pesquisas internacionais revelam que crianças e adolescentes com deficiência estão mais vulneráveis à violência do que crianças sem deficiência. E dependendo do tipo de deficiência apresentada, pode ocorrer uma maior prevalência de determinados tipos de maus-tratos. Nesses casos são relatadas violência física e psicológica, negligência e abuso sexual", disse.

Entre os meios de prevenção à violência, Lilian citou a criação de programas, campanhas e a disseminação de informações voltadas à população em geral e à população de risco (mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência), o desenvolvimento de ações para cessar de imediato qualquer tipo de agressão, neste caso acionando a polícia, delegacia da mulher, conselho tutelar, órgãos de saúde e a união de toda a rede da prefeitura e de órgãos competentes para criação de estratégias conjuntas que atuem no combate à violência.

Jéssica Passini, psicóloga do CAPS i, que também estava participando da formação, falou sobre a importância do Disque 100, o serviço pode ser considerado como "pronto socorro" dos direitos humanos pois atende graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes, possibilitando o flagrante.

Podem ser feitas denúncias de violação de direitos relacionadas aos seguintes grupos e/ou temas: crianças e adolescentes; pessoas idosas; pessoas com deficiência; população LGBTQI+; pessoas em restrição de liberdade; população em situação de rua; discriminação étnica ou racial; tráfico de pessoas; trabalho escravo; conflitos agrários e urbanos; violência contra migrantes e refugiados; violência contra ciganos, quilombolas, indígenas e outras



*APAE de São Paulo realiza encontro de formação com o tema
"Deficiência Intelectual, Cidadania e Prevenção à Violência" para
servidores do município
27/11/2019*

comunidades tradicionais e violência policial.

O Disque 100 funciona diariamente, 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel (celular).

Texto e foto: Luana Nascimento